

N.º

NIPG

Data

## PROGRAMA DE FORMAÇÃO PRÁTICA PARA INSERÇÃO E REINserÇÃO DE DESEMPREGADOS/AS

### 1. Identificação do/a requerente

Nome\*

NIF\*

Cartão de Cidadão/Passaporte\*

Validade\*

Naturalidade

Nacionalidade

Data de nascimento

Estado civil

Morada\*

Código-postal\*

Freguesia\*

Concelho\*

Telefone\*

Telemóvel\*

Correio eletrónico\*

### 2. Escolaridade

☐ Menos de 4 anos

☐ 3.º ciclo (9.º ano)

☐ Ensino profissional (12.º ano)

☐ 1.º ciclo (4.º ano)

☐ Ensino profissional (9.º ano)

☐ Outra

☐ 2.º ciclo (6.º ano)

☐ Ensino secundário (12.º ano)

### 3. Situação atual

☐ Está à procura do primeiro emprego

☐ Está inscrito/a no Instituto de Emprego da Madeira

### 4. Informações específicas

Frequenta algum estabelecimento de ensino?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual?

Frequenta alguma atividade que se sobreponha ao programa?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual?

Recebe subsídio de desemprego?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual a data de término?

Tem disponibilidade para participar num horário semanal de 35 horas?

☐ Sim

☐ Não

É beneficiário/a do rendimento social de inserção (RSI)?

☐ Sim

☐ Não

Exerce alguma atividade profissional remunerada?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual?



## 5. Experiência profissional

--

## 6. Projetos a que se candidata

1.º	
2.º	
3.º	

## 7. Documentos a anexar

- ☐ Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente;
- ☐ Cartão de Identificação de Pessoa Singular (NIF) do/a requerente;
- ☐ Atestado da Junta de Freguesia do local de residência, a comprovar a residência;
- ☐ Certificado de habilitações literárias;
- ☐ *Curriculum vitae* com fotografia;
- ☐ Comprovativo de inscrição no Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM);
- ☐ Declaração da Segurança Social de como não recebe subsídio social de inserção e/ou subsídio de desemprego;
- ☐ Última declaração de IRS;
- ☐ Outros documentos:

--

## O/A requerente

\* Campos de preenchimento obrigatório.

- ☐ Declaro que todas as informações prestadas correspondem à verdade dos factos. Tenho consciência que falsas declarações são punidas criminalmente, nos termos dos artigos 55.º e 359.º, do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, Código Penal.
- ☐ Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo n.º 3, do Regulamento n.º 899/2021, de 11 de outubro, Programa de Formação Prática para a Inserção e Reinserção de Desempregados.
- ☐ Aceito expressamente que os meus dados, acima referidos, sejam utilizados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.
- ☐ Autorizo ser notificado/a através do correio eletrónico.
- ☐ Autorizo ser contactado/a através do(s) número(s) telefónico(s) indicado(s).

Pede deferimento,

O/A requerente

--

## Secção de Recursos Humanos

O/A Técnico/a da Secção de Recursos Humanos verifica o processo e aconselha o/a requerente a não entregar o mesmo sem que esteja completo.

☐ Validado

☐ Não validado (devolver ao/à requerente)

O/A Técnico/a da Secção de Recursos Humanos

Data

--

--



## PROGRAMA DE FORMAÇÃO PRÁTICA PARA INSERÇÃO E REINserÇÃO DE DESEMPREGADOS/AS

Documentos a anexar	Cópias
Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente;	<input type="text"/>
Cartão de Identificação de Pessoa Singular (NIF) do/a requerente;	<input type="text"/>
Atestado da Junta de Freguesia do local de residência, a comprovar a residência;	<input type="text"/>
Certificado de habilitações literárias;	<input type="text"/>
<i>Curriculum vitae</i> com fotografia;	<input type="text"/>
Comprovativo de inscrição no Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM);	<input type="text"/>
Declaração da Segurança Social de como não recebe subsídio social de inserção e/ou subsídio de desemprego;	<input type="text"/>
Última declaração de IRS;	<input type="text"/>
Outros documentos:	<input type="text"/>
<input type="text"/>	

Legislação
→ Regulamento n.º 899/2021, de 11 de outubro, Regulamento do Programa de Formação Prática para a Inserção e Reinserção de Desempregados.
→ Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
→ Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, Código Penal.
→ Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, Código de Trabalho.
→ Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
→ Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados.
→ Constituição da República Portuguesa, Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, de 10 de abril.